

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

2ª Sessão Ordinária do Plenário Virtual de 2025

(Publicada no Diário Eletrônico do CNMP, Caderno Processual, Edição Extraordinária, de 08/08/2025, págs. 1/10)

Início: 9h do dia 18/08/2025

Término: 19h do dia 22/08/2025

PAUTA DESTA SESSÃO

- 1) Reclamação Disciplinar nº 1.00591/2019-97 (Recurso Interno)
Recorrentes: José Renan Vasconcelos Calheiros; Rogério Correia de Moura Baptista
Recorrido: Ex-Membro do Ministério Público Federal
Advogados: Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF nº 34.673; Carlos Mohn Roller – OAB/DF nº 62.938
Interessados: Corregedoria do Ministério Público Federal. Ministério Público Federal.
Objeto: Reclamação Disciplinar em desfavor de Membro do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Paraná
- 2) Procedimento Avocado nº 1.01002/2022-20 (Processo Sigiloso)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco
Advogados: Leonardo Sales de Aguiar – OAB/PE nº 24583; Leonardo Accioly da Silva – OAB/PE nº 17265
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Reclamação Disciplinar nº 1.00892/2016-87. Avocação do Processo Administrativo Disciplinar nº 002/2017, em fase recursal perante o Colégio de Procuradores de Justiça do Estado de Pernambuco (OEC PJ nº 001/2022). Procedimento em tramite há cerca de cinco anos e meio sem perspectiva concreta de encerramento.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Pernambuco
- 3) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00817/2023-08
Requerentes: Associação Espírito-Santense do Ministério Público; Leonardo Augusto de Andrade César dos Santos
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Solicita que seja determinado à Procuradoria Geral de Justiça do MPES que realize a publicação imediata de editais de remoção e de promoção, para o preenchimento dos cargos de procurador de justiça com vacância declarada a mais de 60 dias. Pedido de Liminar.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Espírito Santo
- 4) Reclamação Disciplinar nº 1.00823/2023-20 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
Recorrente: Dario Campos Queiroz
Advogado: Dario Campos Queiroz – OAB/SP nº 429014
Recorrido: Membros do Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de Membros do Ministério Público do Estado de São Paulo.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: São Paulo

5) Proposição nº 1.00155/2024-02

Requerente: Ângelo Fabiano Farias da Costa

Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal – AMPF; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP;

Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores Gerais do Ministério Público do Estado e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministério Público do Estado do Maranhão; Ministério Público do Distrito Federal e Território; Ministério Público do Estado da Bahia; Ministério Público do Estado da Paraíba; Ministério Público do Estado de Alagoa; Ministério Público do Estado de Goiás; Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul; Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Ministério Público do Estado de Pernambuco; Ministério Público do Estado de Rondônia; Ministério Público do Estado de Roraima; Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Ministério Público do Estado de Sergipe; Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de Tocantins; Ministério Público do Estado do Acre; Ministério Público do Estado do Amapá; Ministério Público do Estado do Amazonas; Ministério Público do Estado do Ceará; Ministério Público do Estado do Espírito Santo; Ministério Público do Estado do Paraná; Ministério Público do Estado do Pará; Ministério Público do Estado do Piauí; Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; Ministério Público do Trabalho; Ministério Público Federal; Ministério Público Militar.

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Ministério Público brasileiro.

Relator: Cons. Moacyr Rey Filho

Origem: Distrito Federal

6) Reclamação Disciplinar nº 1.00546/2024-63 (Recurso Interno) (Processo sigiloso)

Recorrente: Fernando Freitas Severino

Advogados: Oswaldo Pinheiro Ribeiro Junior – OAB/DF nº 16.275; Matheus Brito de Souza – OAB/DF nº 68.988; Fernanda Porto Fernandes – OAB/DF nº 50.448; Eduardo Falcete – OAB/DF nº 45.066; Ophir Filgueiras Cavalcante Junior – OAB/PA nº 3259; João Paulo Cunha – OAB/DF nº 52369; Eduardo Aires Coelho Otsuki – OAB/DF nº 64.312.

Recorrido: Membros do Ministério Público do Estado do Pará.

Advogados: Juliana Cristina Fincatti Moreira Santoro – OAB/SP nº 195.776; Clauber Hudson Cardoso Duarte – OAB/PA nº 23.621; Daniel Konstadinidis – OAB/PA nº 9167

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de Membro do Ministério Público do Estado do Pará.

Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta

Origem: Pará

- 7) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00931/2024-92 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
Recorrente: Triecon de Barra Mansa Ltda
Advogados: Ivana Patrícia de Araujo Bezerra de Paula – OAB/DF nº 16.952; Paula Ferro Costa de Sousa – OAB/DF nº 24.987; Douglas Xavier de Souza – OAB/DF nº 182.595; Robson Halley Costa Rodrigues – OAB/DF nº 67.827
Recorrido: Ministério Público do Trabalho; Procuradoria Regional do Trabalho 1ª Região
Objeto: Ministério Público do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro. Requer o controle normativo da Resolução nº 166/2019, aprovada pelo Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, que motivou a criação do Grupo Especial de Atuação Finalística (GEAF). Alega que apesar da suspensão da resolução, por prazo indeterminado, o GEAF continuou atuante por meio das portarias nº 386/2021, nº 41/2022 e nº 1383/2023. Solicita a suspensão das atividades do GEAF, a declaração de nulidade das portarias e invalidação de todos os atos oriundos da citada resolução. Pedido de Liminar.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Rio de Janeiro
- 8) Proposição nº 1.01120/2024-27
Requerente: Paulo Gustavo Gonet Branco
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Dispõe sobre a designação extraordinária de membros do Ministério Público Estadual para atuarem em auxílio aos(as) Promotores(as) Eleitorais na fiscalização das eleições.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Distrito Federal
- 9) Reclamação Disciplinar nº 1.00051/2025-42 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
Recorrente: Sigiloso
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA nº 11.024
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de Membro do Ministério Público do Estado da Bahia.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Bahia
- 10) Pedido de Providências nº 1.00067/2025-19 (Embargos de Declaração)
Embargantes: Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal – AMPF; Juliano Baiocchi Villa-Verde de Carvalho
Embargado: Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público Federal. Requer o pagamento retroativo da indenização pelas folgas compensatórias de acúmulo de acervo não gozadas, para todos os membros do MPF, da ativa ou aposentados, que tenham exercido qualquer função singular relevante ou se enquadrem em qualquer das hipóteses do Ato Conjunto CASMPU nº 1/2023 e da Portaria PGR/MPF nº 424/2023, a partir de 15 de janeiro de 2015.
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Distrito Federal

11) Pedido de Providências nº 1.00227/2025-01

Requerente: Sigiloso

Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Denúncia face à Prefeitura de Brazópolis/MG, referente a supostas irregularidades em contrato de licitação e desperdício de dinheiro público. Promoção de arquivamento por parte do Parquet estadual.

Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos

Origem: Minas Gerais

12) Pedido de Providências nº 1.00324/2025-86 (Recurso Interno)

Recorrente: Thiago Carlos Gonçalves Rego

Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Atuação. Promoção de arquivamento. Inquérito Policial nº 0857197-40.2024.8.20.5001. Apuração de suposta corrupção e formação de cartel na Liga Norte Rio-Grandense de Combate ao Câncer.

Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: Rio Grande do Norte

13) Proposição nº 1.00423/2025-68

Requerente: Fernando da Silva Comin

Interessados: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal – AMPF; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores Gerais do Ministério Público do Estado e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministério Público do Estado do Maranhão; Ministério Público do Distrito Federal e Território; Ministério Público do Estado da Bahia; Ministério Público do Estado da Paraíba; Ministério Público do Estado de Alagoa; Ministério Público do Estado de Goiás; Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul; Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Ministério Público do Estado de Pernambuco; Ministério Público do Estado de Rondônia; Ministério Público do Estado de Roraima; Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Ministério Público do Estado de Sergipe; Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de Tocantins; Ministério Público do Estado do Acre; Ministério Público do Estado do Amapá; Ministério Público do Estado do Amazonas; Ministério Público do Estado do Ceará; Ministério Público do Estado do Espírito Santo; Ministério Público do Estado do Paraná; Ministério Público do Estado do Pará; Ministério Público do Estado do Piauí; Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; Ministério Público do Trabalho; Ministério Público Federal; Ministério Público Militar.

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração da Resolução CNMP nº 301/2024. Possibilidade de contraprestação financeira aos Ministérios Públicos quando da atuação em procedimentos de inventário e partilha extrajudiciais com interessados crianças, adolescentes e incapazes.

Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos

Origem: Distrito Federal

- 14) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00448/2025-25 (Recurso Interno)
Recorrentes: Ariadne Dantas Meneses Ariano Tércio Silva de Aguiar; Edson de Miranda Cunha Filho; Francisco Thiago da Silva Rabelo; Guilherme Goulart Soares; Lucas Mascarenhas de Cerqueira Menezes; Luiz Eduardo Braga Lacerda; Nara Thamyres Brito Guimarães; Thiago Barbosa Bernardo
Advogado: Robson Halley Costa Rodrigues – OAB/DF nº 67.827
Recorrido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Determinação para deliberação do Procedimento nº 6407/2024. Reconhecimento à percepção de licença compensatória por acúmulo de acervo, a ser convertida em pecúnia, e paga de forma retroativa, nos termos do Ato Regulamentar nº 06/2023/PGJ-MA. Pedido liminar.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Maranhão
- 15) Notícia de Fato nº 1.00464/2025-08 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
Recorrente: Carlos Roberto Rodrigues Hermegenildo da Silva
Recorrido: Membros do Ministério Público do Estado de Alagoas
Objeto: Notícia de Fato. Membros do Ministério Público do Estado de Alagoas. Informa suposta omissão na adoção de providências e possível abuso de autoridade.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Alagoas
- 16) Notícia de Fato nº 1.00508/2025-82 (Recurso Interno)
Recorrente: Christian Eudes Rosa
Recorrida: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Informa a ocorrência de supostas irregularidades na atuação funcional.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Minas Gerais
- 17) Pedido de Providências nº 1.00524/2025-57 (Recurso Interno)
Recorrente: Diogo Cardoso de Brito Albuquerque
Recorrido: Ministério Público Militar
Objeto: Ministério Público Militar. Irresignação em face de arquivamento do Procedimento Administrativo n. 212.2025.000001 - Notícia de Fato (SAJ) n. 01.2024.00000075-7.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Distrito Federal
- 18) Notícia de Fato nº 1.00536/2025-09 (Recurso Interno)
Recorrente: Danúbio Augusto da Silva
Interessados: Membros do Ministério Público Federal; Ministério Público Federal
Objeto: Notícia de Fato. Membros do Ministério Público do Estado da Bahia. Informa a ocorrência de supostas irregularidades.
Relator: Cons. Jaime de Cássio Miranda
Origem: Bahia
- 19) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00552/2025-83
Requerente: Daniel Gomes Santana
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia; Procuradoria da República - Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Omissão na apuração de denúncias quanto a irregularidades que ocorreram no Concurso Público da Polícia Militar do Estado da Bahia (Edital SAEB/05/2022).
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Bahia

- 20) Pedido de Providências nº 1.00563/2025-81
Requerente: Tiago Alves dos Santos
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Atuação. Promoção de arquivamento. Procedimento IDEIA nº 003.9.150293/2025. Apuração de irregularidades ocorridas em concurso público para ingresso na Polícia Militar do Estado da Bahia (Edital SAEB/05/2022).
Relator: Cons. Paulo Cezar os Passos
Origem: Bahia
- 21) Pedido de Providências nº 1.00564/2025-35
Requerente: Edenilson Pereira dos Santos
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Atuação. Promoção de arquivamento. Procedimento IDEIA nº 003.9.150293/2025. Apuração de irregularidades ocorridas em concurso público para ingresso na Polícia Militar do Estado da Bahia (Edital SAEB/05/2022).
Relator: Cons. Paulo Cezar os Passos
Origem: Bahia
- 22) Pedido de Providências nº 1.00565/2025-99
Requerente: Paulo Henrique da Silva Amorim
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Atuação. Promoção de arquivamento. Procedimento IDEIA nº 003.9.150293/2025. Apuração de irregularidades ocorridas em concurso público para ingresso na Polícia Militar do Estado da Bahia (Edital SAEB/05/2022).
Relator: Cons. Paulo Cezar os Passos
Origem: Bahia
- 23) Pedido de Providências nº 1.00566/2025-42
Requerente: Edberto Carvalho das Neves Júnior
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Atuação. Promoção de arquivamento. Procedimento IDEIA nº 003.9.150293/2025. Apuração de irregularidades ocorridas em concurso público para ingresso na Polícia Militar do Estado da Bahia (Edital SAEB/05/2022).
Relator: Cons. Paulo Cezar os Passos
Origem: Bahia
- 24) Pedido de Providências nº 1.00568/2025-50
Requerente: Robson Damasceno da Hora
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Atuação. Promoção de arquivamento. Procedimento IDEIA nº 003.9.150293/2025. Apuração de irregularidades ocorridas em concurso público para ingresso na Polícia Militar do Estado da Bahia (Edital SAEB/05/2022).
Relator: Cons. Paulo Cezar os Passos
Origem: Bahia

- 25) Pedido de Providências nº 1.00586/2025-31
Requerente: Juliana de Freitas Vieira
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Atuação. Promoção de arquivamento. Procedimento IDEIA nº 003.9.150293/2025. Apuração de irregularidades ocorridas em concurso público para ingresso na Polícia Militar do Estado da Bahia (Edital SAEB/05/2022).
Relator: Cons. Paulo Cezar os Passos
Origem: Bahia
- 26) Notícia de Fato nº 1.00621/2025-21 (Recurso Interno)
Recorrente: Erinaldo Silva Costa
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado do Pará
Recorrido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado do Para. Informa a ocorrência de supostas irregularidades na atuação funcional.
Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta
Origem: Pará
- 27) Notícia de Fato nº 1.00625/2025-46 (Recurso Interno)
Recorrente: Inpa Industria Naval da Paraíba Ltda.
Advogado: José Caubi Diniz Júnior – OAB/DF nº 29.170
Interessada: Andréa Bandeira de Melo Pinteiro
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco. Informa a ocorrência de suposta irregularidade da atuação funcional no bojo de procedimento extrajudicial.
Relator: Cons. Fernando da Silva Comin
Origem: Pernambuco
- 28) Conflito de Atribuições nº 1.00637/2025-06
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Inquérito Policial nº 0003731-77.2025.8.26.0050. Subtração de valores de conta bancária após furto de celular ocorrido na sede da empresa Qianxiang Box Ltda., no Rio de Janeiro.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: São Paulo
- 29) Pedido de Providências nº 1.00643/2025-28
Requerente: Anderson Carlos Mota de Carvalho
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Atuação. Promoção de arquivamento. Procedimento IDEIA nº 003.9.150293/2025. Apuração de irregularidades ocorridas em concurso público para ingresso na Polícia Militar do Estado da Bahia (Edital SAEB/05/2022).
Relator: Cons. Paulo Cezar os Passos
Origem: Bahia

30) Sindicância nº 1.00648/2025-04

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerida: Membro do Ministério Público do Estado do Amazonas.
Advogados: Antônio Augusto Castelo de Castro Filho – OAB/AM nº 15.917; Daniel Cardoso Gerhard – OAB/MG nº 101.473; Ana Luiza Moraes Rebouças – OAB/AM nº 5.891
Interessados: Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Amazonas; Ministério Público do Estado do Amazonas.
Objeto: Sindicância. Membro do Ministério Público do Estado do Amazonas. Apurar a ocorrência de supostas irregularidades.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Amazonas

31) Conflito de Atribuições nº 1.00654/2025-26

Requerente: Procuradoria da República – Amazonas
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Amazonas. NF 1.13.000.002640/2024-26. Ministério Público do Estado do Amazonas. 3ª Promotoria de Justiça de Itacoatiara. IC 249.2021.000049. Conflito Negativo de Atribuições. Apura danos ambientais, em área de preservação permanente, ocorridos nos arredores dos Conjuntos Residenciais Poranga I e II, construídos com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), no Município de Itacoatiara/AM.
Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta
Origem: Amazonas

32) Conflito de Atribuições nº 1.00655/2025-80

Requerente: Procuradoria da República – Paraná
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Paraná. IC 1.25.005.000710/2022-89. Ministério Público do Estado do Paraná. 2ª Promotoria de Justiça de Andirá. IC nº 0014.21.000217-7. Conflito Negativo de Atribuições. Apura destruição de vegetação em área de preservação ambiental permanente. Construção de rampa de acesso e deck, sem a devida autorização, à margem do reservatório da barragem da UHE Canoas I - Loteamento Pedra Branca, no rio Paranapanema, no Município de Itambaracá - PR. Área sob concessão da empresa Rio Paranapanema Energia S.A
Relator: Cons. Fernando da Silva Comin
Origem: Paraná

33) Conflito de Atribuições nº 1.00671/2025-54

Requerente: Procuradoria da República – São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.34.001.009302/2024-85. Procedimento MP nº 43.0725.0001553/2022-2. Apuração de suposto descumprimento, por parte da Prefeitura Municipal de São Paulo, de norma federal. Art. 267, caput, da Lei 9.503/97
Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta
Origem: São Paulo

34) Conflito de Atribuições nº 1.00673/2025-61

Requerente: Procuradoria da República – Sergipe/Estância/Itabaiana
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe
Objeto: Ministério Público Federal do Estado de Sergipe. NF 1.35.000.000646/2025-82. Ministério Público do Estado de Sergipe. PROEJ 17.18.01.0088; 88.18.01.0040; e 40.21.01.0060. Expediente nº 20.27.0207.0000168/2024-54. Conflito Negativo de Atribuições. Apura suposto desvio de verbas públicas, transferidas a Associação Hospitalar de Sergipe, sediada em Lagarto, mantenedora do Hospital Nossa Senhora da Conceição. Participação da empresa de faixa, denominada de APG-Comercial EIRELLI - ME, em licitações com o poder público.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Sergipe

35) Pedido de Providências nº 1.00692/2025-05

Requerente: Holger Kammann
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Irresignação com a promoção de arquivamento das Notícias de Fato nº 02573.000.062/2025-0001 e nº 02573.000.139/2025-0001. Alega que não houve análise adequada e consideração dos documentos e evidências presentes nos autos. Pedido de Providências
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Rio Grande do Sul

36) Pedido de Providências nº 1.00694/2025-04

Requerente: Maria das Graças da Silva Melo
Advogada: Rhaita dos Santos de Almeida – OAB/BA nº 70.070
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Irresignação sobre a promoção de arquivamento da NF IDEA nº 701.9.204841/2025 pela 4ª Promotoria de Justiça de Itapetinga, que apurava caso de violência psicológica sofrida pela requerente idosa. Requer realização das diligências para apuração dos fatos. Pedido de Providências.
Relatora: Cons. Ivana Lucia Franco Cei
Origem: Bahia

37) Pedido de Providências nº 1.00713/2025-20

Requerente: Bytedance Brasil Tecnologia Ltda.
Advogado: Rodrigo Seizo Takano – OAB/SP nº 162.343
Requerido: Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região
Objeto: Ministério Público do Trabalho no Estado de São Paulo. Determinação à Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região para que interrompa a tramitação do Inquérito Civil nº 000471.2021.15.007/5. Inquérito Civil (nº 003385.2021.01.000/2) sobre os mesmos fatos anteriormente instaurado e já arquivado.
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: São Paulo

- 38) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00714/2025-83
Requerente: Adriano Nascimento
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia; Procuradoria da República - Bahia
Objeto: Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Inércia quanto à apuração de denúncias sobre possíveis desvios de recursos públicos destinados ao programa TECNOVA 3, sob responsabilidade da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB. Promoção de arquivamento sem resposta conclusiva ao denunciante.
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Bahia
- 39) Conflito de Atribuições nº 1.00731/2025-01
Requerente: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. GAMPES nº 2023.0000.5994-73 (Procedimento MPRJ nº 2022.00980792). Possível crime de estelionato, ou apropriação indébita, em desfavor de securitizadora sediada em Linhares/ES.
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Espírito Santo
- 40) Conflito de Atribuições nº 1.00732/2025-65
Requerente: Procuradoria da República - Acre
Requerido: Ministério Público do Estado do Acre
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Acre. Notícia de Fato n. 1.10.000.000509/2025-17. Acompanhamento e fiscalização da melhoria do serviço de telefonia prestado por todas as concessionárias, no município de Assis Brasil (AC).
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Acre
- 41) Pedido de Providências nº 1.00756/2025-79
Requerente: Hilma Amorim de Souza
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Alegação de fraude, referente a processo de concessão de direito aos dependentes de pensão de Promotora de Justiça, já falecida.
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Maranhão
- 42) Conflito de Atribuições nº 1.00798/2025-64
Requerente: Ministério Público do Estado da Bahia
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Autos n. 8005140-18.2022.8.05.0154. IDEA Nº 933.9.119889/2025. Ministério Público do Estado de Rondônia. Autos nº 0000815-83.2020.8.22.0009. Conflito Negativo de Atribuições. Apura indícios de adulteração e/ou remarcação de sinal identificador de veículo semirreboque, constatados pela Polícia Rodoviária Federal, no município de Pimenta Bueno-RO. Veículo licenciado no município de Luís Eduardo Magalhães-BA.
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Rondônia

- 43) Pedido de Providências nº 1.00799/2025-18
Requerente: Ângela Carolina Pace Coelho
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Atuação Insatisfatória. Irresignação sobre a promoção de arquivamento do Procedimento nº 2194415-75.2025.8.26.0000. Desconsideração dos elementos probatórios produzidos e dos fundamentos jurídicos apresentados pela requerente no bojo do procedimento.
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: São Paulo
- 44) Pedido de Providências nº 1.00815/2025-72 (Recurso Interno)
Recorrente: Elizete Oliveira Lopes
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Alegação de possível irregularidade na tramitação de recurso à instância superior do Parquet estadual.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Rio de Janeiro
- 45) Conflito de Atribuições nº 1.00816/2025-26
Requerente: Ministério Público do Estado de Goiás
Requerido: Procuradoria da República - Goiás/Aparecida de Goiânia
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Autos 2025.0039.6155. Ministério Público Federal no Estado de Goiás. NF 1.18.001.000286/2025-90. Conflito Negativo de Atribuições. Apura formalização fraudulenta de vínculos trabalhistas em nome de pessoa física, na condição de empregador. Geração de passivos de contribuições patronais objeto de cobrança pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Goiás
- 46) Conflito de Atribuições nº 1.00842/2025-45
Requerente: Procuradoria da República – Acre
Requerido: Ministério Público do Estado do Acre
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Acre. Notícia de Fato n. 1.10.000.000753/2025-80. Apuração de supostos vícios estruturais nas unidades habitacionais localizadas na Cidade do Povo, abrangidas pelo programa "Minha Casa Minha Vida", em Rio Branco/AC.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Acre
- 47) Conflito de Atribuições nº 1.00846/2025-60
Requerente: Procuradoria da República - Pernambuco
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Pernambuco. Ministério Público do Estado de Pernambuco. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.26.000.001271/2025-87. Inquérito Civil nº 02302.000.056/2022. Apuração de supostas irregularidades na construção e venda de imóveis de empreendimento. Construtora Moura Dubeux. Município de Ipojuca/PE.
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Pernambuco

PAULO GUSTAVO GONET BRANCO
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público